

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.123 - MT
(2019/0219473-5)**

RELATOR	: MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE	: MAGNO ANTONIO DE SANT ANNA
ADVOGADOS	: FRANCISCO ANIS FAIAD - MT003520 CLENILDE FELICIANO BEZERRA FERRAREZ - MT0209930
AGRAVADO	: ALEXANDRA BARBOSA CAMPOS DE ARAUJO
ADVOGADOS	: RAQUEL CASONATTO - MT010798 ALEXANDRA BARBOSA CAMPOS DE ARAUJO - PR055058
INTERES.	: JOSE DARIANO DA SILVA
INTERES.	: PRISCILLA MALHEIROS DE JESUS SILVA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA. IMÓVEL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. SÚMULA 284 DO STF. COMISSÃO DE CORRETAGEM. APROXIMAÇÃO DAS PARTES SEM RESULTADO ÚTIL. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. A falta de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado, pertinente à temática abordada no recurso especial, impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do STF.
2. A mera aproximação das partes, para que se inicie o processo de negociação no sentido da compra e venda de imóvel, não justifica, por si só, o pagamento de comissão.
3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada, e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada, e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator